

POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Sandra Carvalho, diretora executiva da ONG Centro de Justiça Global, fala sobre a questão dos direitos humanos no Brasil, diz que houve avanço no diálogo do governo com a sociedade civil e os movimentos sociais, faz críticas à falta de execução de uma real política neste sentido e considera positiva a condenação do Brasil pela OEA.

1) O que você acha da atual política do governo Lula voltada para a Questão de direitos humanos? Houve avanços ou retrocessos nas criações e implementações dessas políticas?

Em 2002, com a eleição de Lula, a expectativa das organizações de direitos humanos, movimentos sociais e populares com a possibilidade de um avanço significativo na política de direitos humanos era muito grande. Afinal de contas, Lula foi eleito com apoio desses segmentos e trazendo em sua plataforma política muito das lutas populares e sociais. Passados quase quatro anos, o que se percebe é que esse governo não atendeu às expectativas dos movimentos sociais. Ao fazer a escolha pela manutenção da política econômica anterior, as demandas sociais não encontraram espaço na agenda política.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos foi incapaz de articular e executar a política de direitos humanos, e ocupou um espaço tão pequeno no governo que chegou a perder seu status de Ministério, recuperado-o em decorrência da mobilização da sociedade civil.

Outros Ministérios como o do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, também tiveram um papel secundário no governo, a reforma agrária ficou muito aquém do prometido, os transgênicos foram liberados e, por outro lado, se intensificou a criminalização dos movimentos sociais.

2) Como vocês avaliam a recente condenação do governo brasileiro pela OEA (Organização dos Estados Americanos)*?

A condenação do Estado Brasileiro (pela primeira vez) pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA representa um marco na luta por direitos humanos no país. Representa um momento de conquista do movimento de direitos humanos e também uma prova enfática da obrigação do país em respeitar e proteger os direitos humanos.

Além de consolidar a participação do Brasil nos mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos (iniciada no ano de 1992 com a ratificação das principais Convenções e Pactos Internacionais de Direitos Humanos), a sentença deve reforçar a atuação do Brasil no que se refere à proteção de seus cidadãos. Como instrumento de pressão e fortalecimento da sociedade civil que luta incansavelmente por justiça, vemos a decisão como muito positiva.

() Por sete votos a zero, os juízes da Corte decidiram, no dia 17 de agosto deste ano, que o Estado brasileiro foi co-responsável pela morte por maus-tratos do paciente de distúrbio mental Daniel Ximenes Lopes. Ximenes foi internado em outubro de 1999 em uma clínica psiquiátrica em Sobral (no Ceará) e teria sido espancado até a morte por funcionários.*

3) O que mudou com relação à política do governo anterior e quais seriam as perspectivas, considerando uma provável vitória de Lula, para o próximo governo?

Um dos pontos que destacamos como positivo em relação ao governo anterior, foi uma maior interlocução com a sociedade civil e com os movimentos sociais. Essa interlocução, em um primeiro momento do governo, permitiu que fossem alinhavados alguns programas e ações. Neste sentido, podemos destacar, por exemplo, a construção dos Programas Brasil Sem Homofobia (BSH), Programa Nacional de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos (PNPDDH) e o Plano de Educação em Direitos Humanos (PENDH). Pode-se destacar também um incremento no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil.

No entanto, essas ações do governo ainda não se consolidaram como políticas públicas efetivas. O orçamento destinado foi mínimo e incapaz de tirá-las do papel.

Por outro lado, ações importantes como a demarcação de terras indígenas e quilombolas não foram priorizadas pelo governo, tornando essas populações ainda mais vulneráveis.

Além disso, a SEDH simplesmente se eximiu da responsabilidade acerca da efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais, representando um retrocesso na perspectiva da indivisibilidade dos direitos.

No próximo governo, Lula deve ter como norte a efetivação de políticas públicas na área de direitos humanos, entendendo assim a efetivação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, como por exemplo, a realização da reforma agrária, a demarcação das terras indígenas e quilombolas, a reforma das polícias e a geração de emprego e renda. Um outro ponto central a ser enfrentado no próximo governo é a reestruturação do poder judiciário, responsável em grande parte pela impunidade nos casos de violações de direitos humanos e pela criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

Por fim, vale ressaltar que a política de direitos humanos se realiza através do orçamento, que deve ter como prioridade a destinação de recursos para as políticas sociais.